



ANO 14 Nº 2
Fevereiro de 2005

**Carta
de**

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Coordenação e Planejamento
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Conjuntura FEE

Reestruturação da dívida argentina

Em setembro de 2003, o Governo argentino propôs aos credores o pagamento da sua dívida pública externa com desconto de 75% sobre o valor nominal. Dez meses depois, em julho de 2004, as autoridades daquele país admitiram que o desconto original, calculado anteriormente sobre o valor nominal, passasse a incidir sobre o valor real, implicando inclusão dos juros acumulados até aquela oportunidade. Transcorridos outros três meses, em setembro de 2004, a proposta original foi melhorada, ocasião em que foi criado um incentivo — pagamento dos juros ainda em 2005 — para apressar o fim da moratória. Finalmente, em 13 de janeiro de 2005, o Governo apresentou uma proposta de troca (*canje*) de títulos da dívida original no valor de US\$ 81,8 bilhões por três novos títulos — ao par, quase ao par e com desconto, conforme condições da dívida reestruturada, especificadas no quadro a seguir, no valor de US\$ 35,8 bilhões.

A agenda da reestruturação iniciou-se em 14 de janeiro de 2005 e deve ser encerrada em 25 de fevereiro, estando previstas a divulgação dos resultados no dia 14 de março e a entrega dos novos títulos em 28 de março do corrente ano. Paralelamente, de 13 a 24 de janeiro, o Secretário de Finanças Gilberto Nielsen visitou Estados Unidos, Itália, Alemanha, Suíça, França e Inglaterra, expondo (*road show*) a proposta aos credores.

A adesão à troca dos papéis velhos pelos novos bônus deve alcançar 75% dos débitos reestruturados. No dia 5 de fevereiro, prazo final para os portadores de títulos com valor abaixo de US\$ 50 mil exercerem a preferência de troca do bônus ao par, a adesão ao *canje* encontrava-se em 31%, contra a expectativa inicial de que, naquela data, estaria em torno de 40%.

O argumento mais freqüente dos credores contra a proposta baseia-se no fato de que a economia argentina melho-

rou desde a moratória, e, por isso, as condições da reestruturação deveriam ser alteradas. Efetivamente, em 2004, o País cresceu em torno de 9% pelo segundo ano consecutivo, o saldo comercial atingiu US\$ 12 bilhões, as reservas elevaram-se a US\$ 20 bilhões, e a inflação esperada para o próximo ano é de 8%. Logo, segundo os credores, a proposta de reestruturação da dívida também deveria melhorar.

Mas o Presidente Kirchner reagiu. Ele apresentou, e o Congresso aprovou, no dia 2 de fevereiro deste ano, um projeto de lei proibindo uma melhora na proposta de reestruturação da dívida.

Em suma, de um lado, o Governo argentino e a sua proposta tornada inflexível; de outro, os credores menores, que são milhares, argumentando que os tribunais, no Exterior, não deveriam aceitar a decisão argentina de encerrar a flexibilização. Entre ambos, os bancos, as empresas de análises de risco e o Comitê Global dos credores.

Antes, os bancos foram criticados por terem vendido títulos da dívida aos investidores por valores elevados, quando a quebra da Argentina era iminente; agora, são contestados por estarem comprando títulos da dívida dos investidores por valores reduzidos, a fim de entrarem no *canje*. A Standard & Poor's antecipou que melhorará a qualificação da dívida local após o final do *canje*. Por fim, o Comitê Global, que repetidamente tem enfatizado a sua força, terá sua representatividade testada no dia 25 de fevereiro, quando se concluirão as negociações.

O Presidente demonstra confiança; os seus oponentes, também. Não bastassem as dificuldades atuais, a Argentina ainda deverá conviver com as imensas adversidades do dia depois, o dia depois do *canje*: a inflação, o dólar, as reformas, os investimentos, as empresas privatizadas... E por aí vai...

Opções de tipos de bônus da dívida pública externa argentina com validade para adesão superior a 70%

BÔNUS	TETO PARA EMISSÃO (US\$ bilhões)	DESCONTO (%)	TAXA ANUAL (1) (%)	VENCIMENTO (ano)	INÍCIO DA AMORTIZAÇÃO (ano) (2)
Ao par	15,0	0,00	Crescente	2038	2029
Com desconto	18,5	66,30	8,28	2033	2024
Quase ao par	24,3	30,10	3,31	2045	2036

FONTE: Clarin, 09.01.05, p. 23.

(1) Taxas válidas para o caso de a adesão ser superior a 70%. (2) Os pagamentos das amortizações são semestrais.

Antônio Carlos C. Fraquelli (FEE/Assessoria)

Famílias em situação de alta vulnerabilidade no Brasil e no Rio Grande do Sul

Dados recentemente divulgados pelo IBGE revelam que o percentual de famílias em situação de maior vulnerabilidade social permanece alto no Brasil. Os critérios utilizados para definir alta vulnerabilidade foram: proporção de domicílios com crianças de até 14 anos de idade, com rendimento domiciliar *per capita* de até meio salário mínimo e com responsável com menos de quatro anos de estudo. O estudo aponta que, no Brasil, 22,1% dos domicílios se encontravam, em 2000, em situação de maior vulnerabilidade. No caso dos municípios de pequeno e médio portes, a situação era ainda pior, chegando a 39,2% naqueles com população entre 10.001 e 20.000 habitantes.

No Rio Grande do Sul, em 8,9% dos domicílios, verificava-se uma situação de alta vulnerabilidade, sendo que, nos municípios de pequeno e médio portes, o percentual era maior, alcançando 15,2% no caso daqueles com população entre 5.001 e 10.000 habitantes. O Estado situava-se em quarto lugar no *ranking* dos estados brasileiros, sendo superado por São Paulo, Santa Catarina e Distrito Federal. O quadro é bastante grave, uma vez que, como já se sabe, a pobreza e a falta de instrução expõem as crianças a um risco de vida muito maior: os filhos de

mães sem instrução têm, por exemplo, uma chance três vezes maior de não completar um ano de vida.

Percentual de domicílios em situação de alta vulnerabilidade em estados selecionados e no Brasil — 2000

ESTADOS E BRASIL	%
São Paulo	6,9
Santa Catarina	6,9
Distrito Federal	7,4
Rio Grande do Sul	8,9
Rio de Janeiro	9,1
Minas Gerais	19,0
Bahia	42,7
Maranhão	49,0
Brasil	22,1

FONTE: IBGE.

Mercedes Rabelo (FEE/NEESF)

Concentração nas cadeias agroalimentares brasileiras

Processos de concentração empresarial usualmente são avaliados tomando-se como indicador o número de fusões e aquisições (F&A) de empresas. Segundo esse critério, o agronegócio brasileiro continua avançando na consolidação patrimonial.

Os dados mais expressivos foram contabilizados na área de alimentos, bebidas e fumo (A&B&F), onde as F&A praticamente dobraram nos primeiros nove meses de 2004, em relação a igual período do ano anterior. Com esse desempenho, o setor liderou o *ranking* das operações nos três primeiros trimestres do ano passado.

A posição assumida em 2004 não chega a ser surpreendente, uma vez que, nos 11 anos de vigência do Plano Real,

por sete vezes, o setor A&B&F se colocou em primeiro lugar em relação ao total de F&A e, nas outras quatro vezes, na segunda ou na terceira posição. De qualquer modo, o número acumulado de operações desde 1994 mostra a inequívoca liderança do setor no processo de concentração industrial.

Na área da grande distribuição varejista, contabilizaram-se 79 operações desde 1994, reservando aos supermercados a 13ª posição no *ranking* dos setores com maior número de F&A. A mais recente consolidação patrimonial ocorreu em janeiro de 2005, protagonizada pela multinacional Sonae, que adquiriu a rede gaúcha Febernati.

Total acumulado de fusões e aquisições por setores selecionados da economia brasileira — 1994/04

SETORES	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004 (1)	TOTAL
Alimentos, bebidas e fumo	21	24	38	49	36	25	36	32	29	22	25	337
Telecomunicações	5	8	5	14	31	47	26	27	22	21	24	230
Instituições financeiras	15	20	31	36	28	16	18	17	20	16	10	227
Tecnologia de informação	8	7	11	8	8	28	57	36	13	28	13	217
Outros	126	153	243	265	248	193	216	228	143	143	134	2 092
TOTAL	175	212	328	372	351	309	353	340	227	230	206	3 103

FONTE: KPMG Corporate Finance Ltda.

(1) Dados até setembro.

Maria D. Benetti (FEE/NEA)



Tenha acesso a esta e a outras
publicações em
nossa Home Page
www.fee.rs.gov.br

Carta
de
Conjuntura FEE

Aumentam as exportações gaúchas para novos destinos

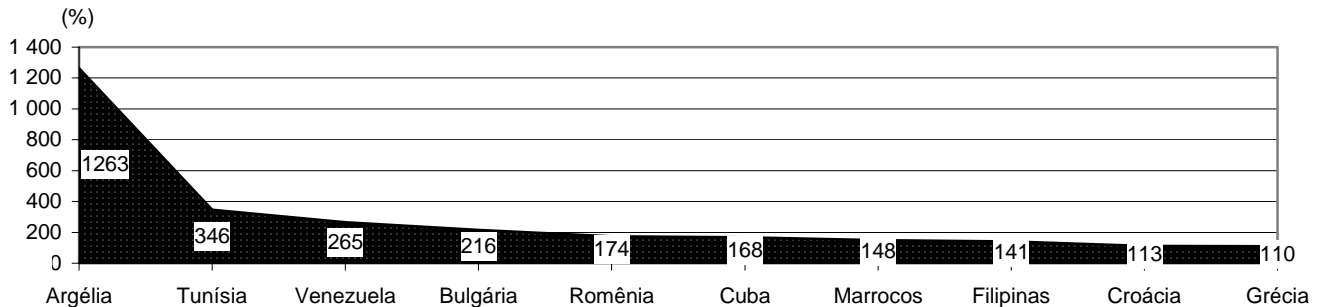
Apesar de Estados Unidos, China e Argentina absorverem juntos cerca de 36% das vendas externas gaúchas em 2004, esses países apresentaram uma queda de participação (39%) em relação a 2002 e 2003, pois as exportações gaúchas vêm ampliando a sua representatividade em novos destinos. Dentre estes, selecionaram-se aqueles países com alguma representatividade na pauta, para os quais as exportações do Estado cresceram mais de 100%. Esse foi o caso de Argélia, Tunísia, Venezuela, Filipinas, Bulgária, Romênia, Cuba, Marrocos, Croácia e Grécia, sendo que os quatro primeiros países também apresentaram incrementos superiores a 100% na pauta brasileira.

A taxa média de crescimento em 2004 para esses 10 países foi de 309%, com destaque para a Argélia (1.263%), aumentando a sua representatividade na pauta gaúcha de 2,5% em 2003

para 6,2% em 2004. Os principais produtos exportados para esses países foram o trigo, o fumo não manufaturado, as carnes — em especial as de aves (frangos e perus) —, as máquinas e aparelhos para colheita, bem como as suas partes, semeadores-adubadores, silos metálicos para cereais e os tratores, denotando a preponderância das vendas de produtos do agronegócio para todos os países, exceto para a Venezuela.

A crescente diversificação de mercados propicia a diluição dos riscos do comércio exterior, mas é importante ampliar as exportações de produtos manufaturados de maior valor agregado, que são menos sensíveis a variações de preços no mercado internacional, tendo em vista o comportamento decrescente dos preços de importantes *commodities* agrícolas aliado à valorização do real verificados ao longo do ano anterior.

Taxa de crescimento das exportações gaúchas para países selecionados — 2004



FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/SECEX/DTIC/Sistema Alice.

Sônia Unikowsky Teruchkin (FEE/NERI)

Sazonalidade da indústria de bebidas no Estado

A produção de bebidas é um dos setores da indústria gaúcha que apresenta uma sazonalidade muito marcada. Quando se compara sua evolução anual com o mesmo setor em nível de Brasil, nota-se a repetida oscilação da curva da produção de bebidas do Rio Grande do Sul, que tem seu pico no mês de abril. Isso se deve à produção de vinhos. Tendo em vista que a colheita da uva se dá, geralmente, em fevereiro e considerando que a fruta não pode ser estocada, seu processamento deve ser efetuado de imediato, gerando a sazonalidade do gênero bebidas.

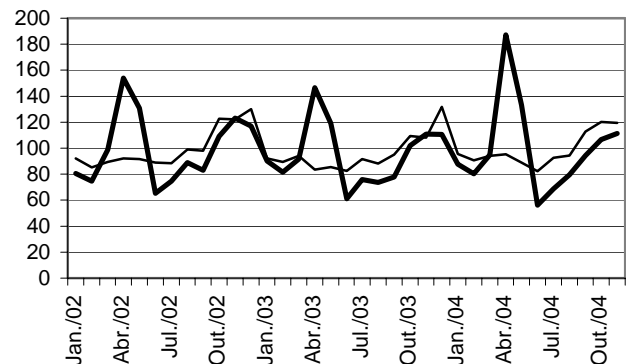
O comportamento desse gênero no Brasil apresenta, igualmente, uma influência sazonal — de envergadura bem menos significativa —, crescendo no segundo semestre e atingindo seu ponto máximo no início do verão, devido à produção de refrigerantes e cervejas. O Rio Grande do Sul seguiria praticamente a mesma trajetória, não fosse a peculiaridade de sua produção vinícola.

A importância da produção de vinhos no Estado expressa-se, por um lado, no fato de que o RS é o grande produtor brasileiro (em que pesem as experiências levadas a cabo em estados do Nordeste), responsável por mais de 90% do vinho nacional; por outro lado, na relevância desse produto dentro do gênero bebidas, onde a fabricação de vinho detém 50% do faturamento e 61% do número de estabelecimentos (Secretaria da Fazenda RS, 2001).

Resta saber como vai se comportar a produção de vinho no Estado, em 2005, em face, sobretudo, da forte estiagem dos

últimos meses, que certamente trará conseqüências nefastas à safra da uva que está sendo colhida.

Evolução mensal do índice de produção física da indústria de bebidas no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./02-nov./04



Legenda: — Brasil — Rio Grande do Sul

FONTE: PIM/PF-IBGE.

NOTA: Índices de base fixa mensal sem ajuste sazonal (base: média de 2002 = 100).

Áurea Breitbach (FEE/NEI)

Emprego formal tem crescimento recorde no RS, em 2004

O ano de 2004 foi especialmente favorável ao desempenho do mercado de trabalho. No Rio Grande do Sul, de acordo com informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o crescimento do emprego formal, em praticamente todos os meses do último ano — apenas em dezembro, como decorrência de fatores sazonais, habituais na série do Caged, houve diminuição do contingente empregado (-16 mil) —, produziu um saldo líquido (diferença entre admissões e desligamentos) de 116,8 mil vagas no acumulado do ano, o que fez com que o contingente de assalariados com carteira de trabalho assinada experimentasse elevação de 6,67%. Esse resultado, o melhor dos últimos anos, é 2,7 vezes superior ao recorde anterior, registrado em 2002.

Tal desempenho garantiu ao Estado destaque na geração líquida de postos de trabalho no âmbito nacional. O RS, cujo crescimento do contingente de empregados formais ficou, em termos absolutos, abaixo apenas de São Paulo (497,6 mil), Minas Gerais (175,2 mil) e Paraná (122,6 mil), foi responsável por, aproximadamente, 8% do total de 1,5 milhão de vagas criadas no País, no último ano.

Setorialmente, os resultados foram também bastante satisfatórios. Com exceção da administração pública, que ostentou pequena queda no contingente empregado (-981), todos os demais setores experimentaram elevação no número de postos de trabalho, destacando-se, pelo volume de vagas criadas, a indústria de transformação, o comércio e o setor serviços. O comércio e o setor serviços ostentaram praticamente a mesma variação líquida de postos de trabalho (cerca de 28 mil), respondendo, cada um deles, por, aproximadamente, 24% do total de vagas geradas no Estado.

A indústria de transformação, por sua vez, foi o setor que mais contribuiu para o saldo positivo atingido pelo Estado. Com a criação de 52,2 mil novos empregos com carteira de trabalho assinada, esse setor foi responsável por 44,7% das vagas abertas, uma ponderação mais expressiva do que a atingida pelo mesmo setor no âmbito nacional (33,1%). Dentre os subsetores que compõem a indústria de transformação, a indústria calçadista foi o que teve peso mais expressivo no saldo gerado. O favorecimento das exportações no último ano

impactou diretamente esse subsetor, que tem forte vinculação com o mercado externo. Com isso, foram abertas 12,8 mil vagas no mesmo, representando pouco menos de um quarto da geração total de postos de trabalho na indústria de transformação gaúcha. Além desse subsetor, deve-se mencionar, ainda, a indústria de alimentos e bebidas, que respondeu por 16,1% das vagas abertas na indústria de transformação do RS.

Saldo de admissões e desligamentos e variação percentual do emprego formal, por setores de atividade, no RS — 2004

DISCRIMINAÇÃO	SALDO	VARIAÇÃO PERCENTUAL 2004/2003
Extrativa mineral	234	4,8
Indústria de transformação	52 230	9,0
Serviços industriais de utilidade pública	538	3,2
Construção civil	5 596	8,0
Comércio	28 560	7,7
Serviços	28 122	4,8
Administração pública	-981	-1,9
Agropecuária	2 522	3,5
Outros/ignorado	1	20,0
Total	116 822	6,7

FONTE: MTE.

Sheila S. Wagner Sternberg (FEE/NET)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 16.02.05).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editoriais. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 1.200 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Aod Cunha de Moraes Junior

Diretor Técnico: Álvaro Antônio Louzada Garcia

Diretor Administrativo: Antonio Cesar Gargioni Nery

Conselho Editorial da Carta: Álvaro Antônio Louzada Garcia, Adalberto Alves Maia Neto, Octavio Augusto Camargo Conceição e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Luz Da Alva Moura da Silveira.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidônia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.